

## **Proteção vacinal e pensamento mágico:** a controvérsia da vacina na perspectiva psicossocial

Mary Jane Paris Spink

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

VERAS, RP., *et al.*, orgs. *Epidemiologia: contextos e pluralidade* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998. 172 p. *Epidemiológica* series, n°4. ISBN 85-85676-54-X. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

---

PROTEÇÃO VACINAL E PENSAMENTO MÁGICO:  
A CONTROVÉRSIA DA VACINA NA PERSPECTIVA  
PSICOSSOCIAL

---

*Mary Jane Paris Spink*

A discussão sobre a controvérsia a respeito de uma possível vacina para o HIV/Aids, na ótica da psicologia social, tende a privilegiar a perspectiva da pessoa-cidadã. Nesta perspectiva, tal controvérsia assume formas específicas nas diferentes fases de desenvolvimento da vacina. Ainda na fase experimental, o principal problema que surge é o uso de seres humanos em pesquisas biomédicas e, mais especificamente, a autonomia de decisão dos voluntários de testes de vacina diante das complexas questões inerentes aos consentimentos pós-informação.

Uma vez testada e aprovada a vacina, a discussão desloca-se para o problema da distribuição do produto. Como apontam Pinkerton e Abrahamson (1993), essa dimensão é raramente abordada, talvez por sair do âmbito do laboratório. Entretanto, na eventualidade de podermos contar com uma vacina para o HIV/Aids, teremos que enfrentar questões espinhosas, tais como: haverá vacina para todos? E se não houver, quem será privilegiado?

São assuntos complexos que se referem à arena dos direitos sociais e à relação entre consciência e autonomia como substrato da noção de cidadania. Alguns aspectos desta complexidade foram abordados em estudos anteriores sobre essa vacina (Spink, 1994). A reflexão que aqui faremos tem um teor bastante diferente. Movidos pelo dossiê sobre AIDS publicado na revista *La Recherche* em fevereiro de 1995, buscaremos abordar o tema de forma mais global. Propomos, mais especificamente, inverter a questão e, ao invés de tomar a controvérsia como dada, indagar: por que haveria de ser controverso o desenvolvimento de uma vacina contra o HIV?

Desde o final do século passado, muitas vacinas foram desenvolvidas. Ou seja, passaram da ordem do desejo e da inspiração enformada para o árduo trabalho em laboratório; chegaram à fase de testes para verificação da imunogenicidade e toxicidade – as fases I e II do processo de desenvolvimento de vacinas –; entraram na fase dos testes de eficácia, alcançando, por fim, as etapas de produção e distribuição do produto sem grandes alardes. Se alarde houve, como na ‘revolta da vacina’, aqui no Brasil, no começo do século, foi em virtude da má condução das campanhas de vacinação. O desenvolvimento da vacina, na verdade, não pertencia à ordem do público. Processava-se na intimidade dos foros científicos.

Pensamos estar correto afirmar que, historicamente, é a ‘esperança’, e não a ‘controvérsia’, que marcou o processo de desenvolvimento das vacinas: a esperança de controlar doenças temidas, capazes de causar graves danos à saúde ou de levar à morte. Talvez sejam justamente as ressonâncias destas ‘esperanças’ depositadas em vacinas tão diversas – da varíola à pólio, da febre amarela à meningite – que mascararam as controvérsias potenciais.

Isso não significa que elas não existissem. *A posteriori*, muito foi escrito sobre a precocidade dos testes de eficácia da vacina contra a poliomielite (Brandt, 1978); sobre o uso de populações cativas – prisioneiros, recrutas do exército, orfãos – nos testes de fase I e II; sobre a vacina contra a meningite (Barata, 1988). Mas, a mística da ciência, o uso de terminologia complexa dificultando a compreensão da informação, bem como a própria esperança depositada no poder absoluto das ciências biológicas de resgatar a fragilidade da condição humana, tornavam difícil explicitar estas controvérsias potenciais.

O que cabe perguntar, portanto, é o que mudou neste cenário por causa da AIDS. Por que será que tudo que ocorre no emaranhado de práticas que tem a AIDS como eixo central tornou-se tão visível – dos microprocessos pesquisados em laboratório às políticas de financiamento de pesquisa, da natureza dos desenhos de pesquisa de produtos biomédicos que envolvem voluntários à política de distribuição destes produtos?

Ou seja, qual foi o ponto nevrálgico societal que a AIDS deixou descoberto? Obviamente, não se trata meramente de números, já que em nosso país – e em outros também – morre-se mais de outras causas: a violência urbana, os acidentes automobilísticos; os cânceres matam mais. Exploremos, então, outras hipóteses.

Em primeiro lugar, a AIDS, de muitas formas, pôs em xeque o sólido edifício da medicina moderna, erigido sobretudo sobre a transparência causal que tem como ícone a figura de Pasteur. Mas a AIDS, segundo muitos pensadores, incluindo aqui François Grémy e André Bouckaert – ambos professores de saúde pública e autores de um dos artigos que compõem o dossiê sobre a AIDS a que anteriormente nos referimos –, deixou transparecer uma dupla fragilidade: primeiro, no nível coletivo a medicina ainda não se mostrou capaz de controlar a epidemia; segundo, a medicina também não se mostrou capaz de controlar a doença manifesta na esfera individual.

Esta fragilidade não é específica da AIDS. Basta lembrar o extenso levantamento feito por Ivan Illich para embasar sua argumentação sobre os limites da medicina no livro *Nêmesis: a expropriação da saúde* (1976). Portanto, a resposta à pergunta a que nos propusemos passa, sem dúvida, por esta esfera, mas não se resume a ela.

Entretanto, antes de explorar outras possibilidades, vale apontar que esta fragilidade, embora não inaugurada pela AIDS, ficou mais visível a partir dela. Ficou também mais exposta até por outros fatores que não a AIDS.

Vivemos uma era de transição de paradigmas. Estamos no limiar de uma epistemologia pós-moderna, anunciada desde meados do século passado em campos diversos: nas artes, pautada pelas reflexões sobre os critérios norteadores da estética; nas ciências sociais, movida pela aceitação paulatina do relativismo histórico e cultural; na política, impulsionada pelas reivindicações populares; na economia, diante da sua progressiva globalização.

Estes novos paradigmas, pelo menos num primeiro momento, não colocam em dúvida o método científico já consagrado, mas trazem para o cenário a centralidade da atividade do sujeito. A ciência, além do ‘fazer científico’, centrado no laboratório ou nas salas de aula da academia, tem que dar conta, também, de seu estatuto de prática social.

É esta dimensão de ciência como prática social que traz à baila o segundo componente da hipótese que estamos explorando: a AIDS, em uma perspectiva mais propriamente social, veio a concretizar o que já vinha ocorrendo na esfera da cidadania.

Por que a AIDS? Por que não outros fenômenos sociais que infestam nossa época, como a fome, as guerras tribais, o terrorismo, a violência urbana? A possível resposta é que – por seu caráter supostamente democrático – foi em razão da AIDS que se destacou o horror da morte que a humanidade carrega desde a emergência da consciência de sua finitude. Não estamos sós,<sup>1</sup> nem somos particularmente originais, ao afirmar que a AIDS é o grande paradoxo da modernidade, pois acarreta a morte por contaminação dos símbolos da vida: o sangue e o sexo.

Eis uma possível hipótese para o fascínio que circunda este cenário e que leva a uma divulgação exorbitante dos pequenos passos do caminho para o desenvolvimento de uma vacina. Veja-se, por exemplo, o estardalhaço gerado pelo recrutamento de voluntários, no Rio de Janeiro, para a fase I/II da vacina produzida pela United Biomedical Inc. (UBI), que motivou até capa de revista.

Este fenômeno de destaque do horror da morte – que faz da AIDS a doença do século – vem ao encontro das transformações que já vinham se operando na esfera da cidadania. Exploreemos algumas possíveis razões para esta confluência.

A AIDS subverte a tradicional dicotomia entre o ‘público’ e o ‘privado’, entre o ‘individual’ e o ‘coletivo’, pois é justamente o ato sexual – a mais íntima esfera do privado – que põe em risco o bem-estar da coletividade. A sexualidade torna-se, então, objeto privilegiado do olhar profissional: das

---

<sup>1</sup> Lembramos, aqui, da belíssima obra de Susan Sontag: *A AIDS e suas Metáforas*, publicada, no original, em 1988.

pesquisas sociocomportamentais e dos estudos epidemiológicos às atividades de educação e prevenção. Neste afã, abrem-se à especulação pública tópicos outrora escamoteados, como o homoerotismo e a sexualidade dos adolescentes. Abrem-se brechas na couraça dos bons costumes, e essas rupturas no tecido social permitem que outras vozes, as vozes das minorias, sejam ouvidas.

Neste movimento, a Aids passa a ser alvo da atenção de minorias muito ativas que devolvem o olhar analítico às esferas do saber, até então protegidas pela mística da ciência. Eis aí um dos principais componentes da controvérsia da vacina na ótica psicossocial: o olhar analítico que espelha os olhares analíticos numa seqüência infundável, como numa sala de espelhos. Assim, hoje, nos países desenvolvidos e nos que almejam esse *status* – como nós – nada se faz sem a presença onisciente das Organizações Não-Governamentais (ONGs) cujos integrantes são membros dos comitês nacional e estaduais de vacina, participam dos congressos nacionais e internacionais em que se discute a Aids; e das discussões de alto nível realizadas em *petit-comité*, e assim revelam pormenorizadamente cada passo do lento caminhar na direção do desenvolvimento de vacinas, de medicamentos e de *know-how* sobre prevenção. Um olhar crítico que é particularmente bem-vindo, porque revela a natureza social do empreendimento científico.

Mas, há um outro componente que a torna campo fértil para transformações no âmbito dos direitos sociais. A Aids há muito deixou de ser exclusividade dos guetos. Muito embora tenha se difundido, inicialmente, a partir de coletivos homossexuais, deixando uma marca indelével nas representações atuais de Aids, hoje o risco de contaminação ampliou-se consideravelmente. É assunto de todos nós. Nesta ampliação do espectro da vulnerabilidade, a Aids coloca em pauta um outro aspecto da vida coletiva que contribui sobremaneira para tornar tão controversa a vacina. Estamos nos referindo, aqui, à ética.

Ao virar de ponta-cabeça a dicotomia entre público e privado, a Aids problematiza um conceito assumido, mas jamais discutido: a confiança. Referimo-nos, sobretudo, à confiança que é depositada no parceiro, mas também à confiança possível nos órgãos responsáveis pela pesquisa e desenvolvimento de políticas voltadas ao controle desta epidemia.

Na esfera social, as implicações da aceitação cega, pautada pela confiança indiscutível, são muitas. Basta pensar na vulnerabilidade de mulheres educadas a jamais desconfiar da fidelidade dos parceiros; tampouco questionar as potenciais proezas sexuais anteriores, ou mesmo paralelas, à relação amorosa.

As ressonâncias dessas rupturas no campo social atingem também a esfera da ciência. Nunca foram tantas as discussões sobre a ética no fazer científico, nunca foram tantas as precauções do questionamento da legitimidade das motivações dos voluntários à assinatura de consentimentos informados, ou as exigências de transparência.

Em suma, a controvérsia da vacina parece às vezes mesquinha e menor diante da grandeza do empreendimento, seja porque a tarefa com que o pesquisador se defronta é complexa e, portanto, por definição, fascinante, seja porque há um desejo real, por parte de todos nós, de que a Aids possa ser controlada. Mas a controvérsia é saudável. Na verdade, ela vem se mostrando como poderoso motor, ou como importante indicador, de transformações sociais substantivas que preparam o caminho para a entrada plena na pós-modernidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARATA, R. C. B. *Meningite: uma doença sob censura?* São Paulo: Cortez, 1988.
- BRANDT, A. Polio: politics, publicity and duplicity. *International Journal of Health Services*, 8(2):257-270, 1978.
- GRÉMY, F. & BOUCKAERT, A. L'institution médicale mise en cause. *La Recherche*, 26(273):204-207, 1995.
- ILlich, I. *Limits to Medicine - medical nemesis: the expropriation of health*. Great Britain: Marion Boyars, 1976.
- PINKERTON, S. D. & ABRAMSON, P. R. HIV vaccines: a magic bullet in the fight against Aids? *Evaluation Review*, 17(6):579-602, 1993.
- SONTAG, S. *Aids e suas Metáforas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SPINK, M. J. P. *A Controvérsia da Vacina no Âmbito Sociocomportamental*. Painel: A controvérsia da vacina. Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, 7 jun. 1994.